O REGIONALISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA: AS BANCADAS NORDESTINAS NA CÂMARA FEDERAL (1983)*

DAVID FLEISCHER**

1. Introdução; 2. O peso político do Nordeste; 3. Governo versus *oposição; 4. Nordeste: análise intra-regional; 5. Afinidades com ex-partidos; 6. Conclusões.*

1. *Introdução*

Este trabalho tenta decifrar o enigma da cultura política regional no Brasil — existem de fato padrões diferenciados de recrutamento inter e intra-regionais? Estas diferenças são significativas? Com relação à região nordestina, podemos observar algum destaque especial? E entre os estados desta região, também existem diferenças?

Para tentar responder estas indagações, a análise toma como base a representação política a nível da Câmara dos Deputados em 1983. Dos dados sócio-econômicos e políticos dos 479 deputados eleitos em novembro de 1982,[1] a análise se desdobra sobre quatro ângulos: avalia-se o peso do Nordeste na política nacional e especificamente dentro do partido do governo (PDS); comparam-se perfis da representação política desta região com o resto do país como um todo e com as outras quatro regiões fisiográficas; uma análise intra-regional contrasta os nove estados nordestinos entre si; finalmente, os partidos atuais são discriminados pelas clivagens em torno do antigo pluripartidarismo (pré-1966) e o bipartidarismo mais recente.

2. *O peso político do Nordeste*

Há muito tempo se discute a problemática da representação política no Brasil e as suas desigualdades regionais.[2] A base do atual sistema de represen-

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada ao Seminário sobre a Memória Política Nacional, Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea, Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 14 a 17 de dezembro de 1983. O autor agradece os comentários e sugestões dos Profs. Eurico Figueiredo, Jorge Calmon, Israel Pinheiro, José Calazans e Tales de Azevedo.

** Professor adjunto no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

[1] As fontes de dados biográficos utilizados foram: Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros*, 47.ª legislatura, 1983-1987. Brasília, 1983; Fleischer, D. *Deputados brasileiros, 1947-1967*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1981; e dados levantados pela revista *Veja* em dezembro de 1982. Estes últimos foram gentilmente cedidos ao autor pelos jornalistas Antônio Carlos Scartezinni e Getúlio Bittencourt.

[2] Para uma discussão mais ampla dessas desigualdades regionais, ver: Soares (1973); Kinzo (1980).


RR
AP
NORTE
PA
AM
AC
RO
MA
CE
RN
PI
PB
PE
AL
SE
NORDESTE
BA
MT
GO
CENTRO OESTE
MG
MS
SUDESTE
ES
SP
RJ
PR
SC
SUL
RS

tação política foi estabelecida pela Constituição de 1946 — representação proporcional com faixas regressivas para determinar o tamanho das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados, de modo que os estados de maior população tivessem a sua representação "achatada" e os estados pequenos fossem "super-representados". Na Constituinte de 1946 os estados menores e menos desenvolvidos somavam uma maioria dentro do PSD que tranqüilamente dominava as deliberações. Por isso, pensou-se que estas alterações evitassem um retorno à política de "café com leite" da República Velha, dominada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais.[3]

Essencialmente as eleições de 1982 para a Câmara dos Deputados foram realizadas com as normas ditadas ainda pelo "pacote de abril" de 1977,[4] com apenas um aumento quantitativo de 59 cadeiras sobre a Câmara eleita em 1978, introduzido pelo "pacote de maio" de 1982.[5]

2.1 O Nordeste a nível nacional

Pelo censo de 1980 do IBGE, o Nordeste tinha 29,3% da população (tabela 1), mas por motivos demográficos e sócio-econômicos conseguiu mobilizar 25,8% do eleitorado nacional e 23,8% dos votantes em 1982.[6] Porém, apesar destas cifras, o Nordeste é super-representado no Congresso Nacional, com 39,2% do Senado Federal e 31,1% da Câmara dos Deputados; enquanto a região Sudeste, com 43,3% da população, tem apenas 17,4% do Senado e 35,3% da Câmara. Por causa das modificações introduzidas pelo "pacote de maio" de 1982, o peso político do Nordeste é maior ainda no Colégio Eleitoral (hipótese *A*) que escolherá o próximo presidente da República em janeiro de 1985. A representação do Nordeste sobe para 33,5%, enquanto a do Sudeste cai para 29,9%. Na hipótese *B* (do Colégio Eleitoral ter sido mantido nos moldes de 1978), o peso do Nordeste teria sido ligeiramente inferior (32%) e superado pelo Sudeste (34%); e, mais importante, as oposições unidas teriam maioria de dois votos nesse Colégio Eleitoral que se teria reunido em outubro de 1984. Em ambos os casos, o Nordeste tem um cacife muito alto em relação à sua proporção da população e do eleitorado nacionais.

2.2 O Nordeste dentro do PDS

Em 1982, a região nordestina elegeu 149 deputados à Câmara dos Deputados, 99 do PDS e 50 do PMDB, além de nove governadores e senadores do PDS

[3] Estes debates são analisados em: Campelo de Souza, M. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 124-34.

[4] Com relação ao "pacote de abril" e seus efeitos sobre o pleito de 1978, ver: Fleischer (1980*a*). Para uma análise diferente, ver: Kucinski (1982, p. 59-66).

[5] Para uma análise mais ampla do "pacote de maio", ver: *Jornal do Brasil*, 24 jun. 1982, p. 4.

[6] Demograficamente, o Nordeste tem proporcionalmente menos população adulta (com mais de 18 anos) do que as regiões Sudeste e Sul, por exemplo, por causa da sua população mais jovem, a migração Norte-Sul e a expectativa de vida menor. Entre a sua população adulta, o Nordeste tem menos eleitores por ter taxas de alfabetização menores. A mobilização deste eleitorado em votantes é dificultada pelos baixos níveis de politização e de desenvolvimento em geral.

Tabela 1

O peso político do Nordeste, em nível nacional e dentro do Partido Democrático Social

Regiões	Em nível nacional						
	População[1] 1980 (000)	Eleitorado[2] 1982 (000)	Votantes[2] 1982 (000)	Senado Federal[2] 1984	Câmara dos Deputados[2] 1984	Colégio Eleitoral[3] 1985 (*A*)	Colégio Eleitoral[4] 1984 (*B*)
Norte	5,0	4,2	3,8	17,4	9,8	12,1	10,4
Nordeste	29,3	25,8	23,8	39,2	31,1	33,5	32,0
Sudeste	43,4	46,2	48,9	17,4	35,3	29,9	33,9
Sul	16,0	18,0	18,2	13,0	17,1	15,9	16,1
Centro-Oeste	6,3	5,8	5,3	13,0	6,7	8,6	7,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (*N*)	(119,073)	(58,617)	(48,481)	(69)	(479)	(686)	(743)

Regiões	Partido Democrático Social					
	Votos[5] 1982 (000)	Senado Federal[2] 1984	Câmara dos Deputados[2] 1984	Convenção[6] 1984	Colégio Eleitoral[7] 1985 (*A*)	Colégio Eleitoral[8] 1984 (*B*)
Norte	4,3	20,0	11,9	13,1	11,9	11,2
Nordeste	35,6	53,3	42,1	43,2	49,0	50,1
Sudeste	37,2	11,1	25,5	24,4	18,0	17,7
Sul	18,0	8,9	14,9	13,8	14,2	15,5
Centro-Oeste	4,9	6,7	5,6	5,5	6,9	5,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (*N*)	(17,776)	(45)	(235)	(961)	(361)	(367)

[1] Recenseamento do IBGE, setembro de 1980.
[2] *Diário da Justiça*, 28.11.83, p. 18.681-6.
[3] Reúne 69 senadores, 479 deputados e 138 delegados estaduais; Emenda n.° 22, de junho de 1982, em janeiro de 1985.
[4] Teria 69 senadores, 479 deputados e 195 delegados estaduais; Emenda n.° 8, de abril de 1977, em outubro de 1984.
[5] *Diário da Justiça*, 28.11.83, p. 18.683.
[6] Reúne 45 senadores, 235 deputados, 560 delegados estaduais e 121 membros do diretório nacional do PDS.
[7] Com 280 parlamentares e 81 delegados estaduais.
[8] Com 280 parlamentares e 87 delegados estaduais.

por tabela do voto vinculado — uma margem de quase dois terços para o partido do governo. O resto do país elegeu 330 deputados federais; 136 do PDS e outros 194 divididos entre os quatro partidos de oposição — um placar de apenas 41% para o partido do governo, que fora do Nordeste elegeu apenas três governadores.

Nas bancadas do PDS no Congresso Nacional, o peso do Nordeste é ainda maior: com seus 99 deputados, o Nordeste controla 42,1% do PDS na Câmara; no Senado, tem uma maioria de 53,3% na bancada governista.

Embora o PDS da região Sudeste tenha acumulado mais votos em 1982 do que o Nordeste (37,2% *versus* 35,6%), na Convenção Nacional do partido, que salvo novos "casuísmos democratizantes" escolherá o próximo presidente da República em setembro de 1984, esta região mais populosa e desenvolvida levou nítida desvantagem: 24,4% *versus* 43,2%.

Com seus 415 votos numa convenção de 961, os nove estados do Nordeste confirmam a alcunha do Governador Tancredo Neves de que, após o pleito de 1982, "o PDS virou um partido de nordestinos". Quando, por outro lado, examinamos o PDS no Colégio Eleitoral, observamos que o Nordeste conta com 50% desta bancada (em ambas as hipóteses) *versus* seus 36% do voto governista em 1982. Por essas razões, as romarias de presidenciáveis têm sido muito intensas no Nordeste no aliciamento de votos de convencionais e colegiais, até o ponto dos três candidatos a vice serem desta região. Resta saber se os atuais dirigentes do PDS no Nordeste poderão extrair seu quinhão de bens políticos e econômicos do atual e do futuro governos federais à altura desse grande cacife político.

3. *Governo* versus *oposição*

Neste item, a análise se desdobra numa comparação dos perfis das bancadas na Câmara dos Deputados, conjugando as dimensões regional e partidária, nas tabelas 2, 3 e 4.

3.1 O Nordeste *versus* o resto

Inicialmente, na tabela 2, observamos que os 149 deputados nordestinos diferem dos seus colegas nos seguintes aspectos: mais agricultores, setor saúde e funcionários públicos, e menos dos setores imprensa e profissional; na carreira política, mais cargos administrativos destacando o nível estadual, e menos cargos eletivos, especialmente em nível municipal; mais localismo político e idades ligeiramente mais elevadas.[7]

[7] Quanto aos indicadores utilizados nas tabelas 2 a 5: *Ocupação principal* se refere à atividade econômica de onde provém a maior parte da renda da pessoa; *Cargos administrativos e eletivos* se referem à carreira política antes da primeira eleição como deputado titular à Câmara Federal; *Localismo político* quer dizer que o deputado nasceu no mesmo estado/território que representa; *Localismo educacional,* o deputado obteve seu curso superior no estado representado; *Carreira pré-Câmara dos Deputados* (anos e número de cargos ocupados), entre o primeiro cargo e a primeira eleição como deputado federal titular (sem carreira prévia igual zero); *Deputados em primeiro mandato* (%), índice de "calouros" ou "novatos" na bancada (exclui deputados que após uma certa "ausência" se reelegeram em 1982, retornando à Câmara em 1983).

Tabela 2

Perfil sócio-econômico e político da bancada nordestina (PDS e PMDB) *versus* o resto do país (governo e oposição), Câmara dos Deputados

	Nordeste			Outras regiões			Brasil todo
	PDS	PMDB	Total	Governo	Oposição	Total	
Ocupação principal							
Agricultura	15,20	14,00	14,80	9,60	9,80	9,70	11,30
Comércio, banco, finanças	17,20	16,00	16,80	14,00	16,50	15,50	15,90
Indústria, transporte	8,10	2,00	6,00	6,60	3,10	4,50	5,00
Advogado, juiz	7,10	20,00	11,40	14,00	16,50	15,50	14,20
Saúde	10,10	8,00	9,40	10,30	5,20	7,30	7,90
Ensino	11,10	14,00	12,10	8,80	16,00	13,00	12,70
Imprensa	5,10	6,00	5,40	5,10	11,30	8,80	7,70
Outras profissões	11,10	6,00	9,40	14,00	10,30	11,80	11,10
Funcionários públicos	14,10	14,00	14,10	15,40	9,80	12,10	12,70
Militares	1,00	0,00	0,70	2,20	1,50	1,80	1,50
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (*N*)	(99)	(50)	(149)	(136)	(194)	(330)	(479)

(Continua)

(Continuação)

	Nordeste			Outras regiões			Brasil todo
	PDS	PMDB	Total	Governo	Oposição	Total	
Cargos administrativos	53,50	56,00	54,40	61,80	36,60	47,00	49,30
Federal	8,10	12,00	9,40	19,10	8,80	13,00	11,90
Estadual	44,40	38,00	42,30	52,90	24,70	36,40	38,20
Municipal	8,10	16,00	10,70	11,80	10,30	10,90	10,90
Cargos eletivos	54,50	56,00	55,00	64,00	58,20	60,60	58,90
Estadual	42,40	44,00	43,00	45,60	45,40	45,50	44,20
Municipal	28,30	32,00	29,50	38,20	32,50	34,80	33,20
Localismo político (%)	87,90	92,00	89,30	79,40	79,40	79,40	82,50
Localismo educacional (%)	62,20	77,50	67,50	62,00	73,00	68,50	68,20
Curso superior completo (%)	83,80	86,00	84,60	85,30	86,60	86,10	85,60
Carreira pré-Câmara dos Deputados (anos)	9,36	11,44	10,06	12,09	8,58	10,03	10,04
N.º de cargos pré-Câmara dos Deputados	1,90	2,08	1,96	2,49	1,55	1,94	1,95
Idade quando do primeiro cargo político	32,93	29,91	31,92	31,70	33,07	32,52	32,33
Idade em 1.2.83	49,26	48,43	48,98	49,09	46,82	47,76	48,14
Deputados em primeiro mandato (%)	40,40	48,00	43,00	41,20	52,60	47,90	46,30

Tabela 3

Perfil sócio-econômico e político do Partido Democrático Social, por região

Perfil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total PDS
Ocupação principal						
Agricultura	3,60	15,20	8,30	8,60	30,80	11,90
Comércio, banco, finanças	10,70	17,20	15,00	14,30	15,40	15,30
Indústria, transporte	0,00	8,10	6,70	11,40	7,70	7,20
Advogado, juiz	0,00	7,10	20,00	20,00	0,00	11,10
Saúde	10,70	10,10	10,00	8,60	15,40	10,20
Ensino	10,70	11,10	15,00	0,00	0,00	9,80
Imprensa	10,70	5,10	5,00	0,00	7,70	5,10
Outras profissões	25,00	11,10	10,00	14,30	7,70	12,80
Funcionários públicos	21,40	14,10	10,00	20,00	15,40	14,90
Militares	7,10	1,00	0,00	2,90	0,00	1,70
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (*N*)	(28)	(99)	(60)	(35)	(13)	(235)

(Continua)

(Continuação)

Perfil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total PDS
Cargos administrativos	60,70	53,50	58,30	65,70	69,20	58,30
Federal	14,30	8,10	16,70	25,70	23,10	14,50
Estadual	50,00	44,40	50,00	57,10	61,50	49,40
Municipal	10,70	8,10	11,70	11,40	15,40	10,20
Cargos eletivos	46,40	54,50	70,00	65,70	69,20	60,00
Estadual	25,00	42,40	58,30	40,00	46,20	44,30
Municipal	28,60	28,30	38,30	45,70	38,50	34,00
Localismo político (%)	64,30	87,90	86,70	80,00	76,90	83,00
Localismo educacional (%)	30,00	62,20	75,00	71,00	33,00	62,10
Curso superior completo	82,10	83,80	88,30	88,60	69,20	84,70
Carreira pré-Câmara dos Deputados (anos)	10,64	9,36	12,18	13,56	10,88	10,94
N.º de cargos pré-Câmara dos Deputados	2,42	1,89	2,25	2,77	3,00	2,24
Idade quando do primeiro cargo político	31,83	32,93	32,60	29,73	32,64	32,22
Idade em 1.2.83	43,92	49,26	52,60	47,59	48,10	49,17
Deputados em primeiro mandato (%)	50,00	40,40	28,30	48,60	61,50	40,90

Tabela 4

Perfil sócio-econômico e político do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por região

Perfil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total PMDB
Ocupação principal						
Agricultura	5,30	14,00	6,90	17,50	15,80	11,50
Comércio, banco, finanças	15,80	16,00	20,80	15,00	15,80	17,50
Indústria, transporte	0,00	2,00	4,20	0,00	5,30	2,50
Advogado, juiz	21,10	20,00	11,10	15,00	26,30	16,50
Saúde	0,00	8,00	6,90	10,00	0,00	6,50
Ensino	15,80	14,00	13,90	25,00	5,30	15,50
Imprensa	0,00	6,00	13,90	7,50	10,50	9,00
Outras profissões	15,80	6,00	13,90	0,00	10,50	9,00
Funcionários públicos	21,10	14,00	8,30	10,00	10,50	11,50
Militares	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (*N*)	(19)	(50)	(72)	(40)	(19)	(200)

(Continua)

(Continuação)

Perfil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total PMDB
Cargos administrativos	47,40	56,00	40,30	45,00	42,10	46,00
Federal	26,30	12,00	6,90	2,50	10,50	9,50
Estadual	26,30	38,00	33,30	27,50	31,60	32,50
Municipal	5,30	16,00	9,70	22,50	10,50	13,50
Cargos eletivos	36,80	56,00	62,50	70,00	89,50	62,50
Estadual	36,80	44,00	51,40	50,00	78,90	50,50
Municipal	15,80	32,00	36,10	45,00	36,80	35,00
Localismo político (%)	68,40	92,00	93,10	85,00	84,20	88,00
Localismo educacional (%)	42,90	77,50	86,40	70,30	46,70	73,30
Curso superior completo	89,50	86,00	86,10	95,00	84,20	88,00
Carreira pré-Câmara dos Deputados (anos)	9,93	11,44	9,52	9,30	9,81	10,02
N.º de cargos pré-Câmara dos Deputados	1,78	2,08	1,75	1,78	2,16	1,88
Idade quando do primeiro cargo político	30,73	29,91	33,07	31,72	31,96	31,68
Idade em 1.2.83	43,90	48,43	48,62	44,99	45,98	47,15
Deputados em primeiro mandato (%)	73,70	48,00	40,30	55,00	47,40	49,00

3.2 PDS *versus* PMDB (Nordeste)

Ainda na tabela 2, examinamos as diferenças entre estas duas bancadas na região. Enquanto o PDS tem maiores proporções dos setores indústria-transporte, saúde e profissional, o PMDB tem mais advogados e professores. O PMDB nordestino tem maiores freqüências em cargos administrativos, devido aos níveis federal e municipal. O PDS leva vantagem em nível estadual, pois sempre comandou esses governos desde 1964. O PMDB também leva vantagem em cargos eletivos, mais acentuada em nível municipal.

O PMDB nordestino tem mais localismo, educação superior, carreiras mais longas e ingresso na política em idades mais jovens. Por ter uma estrutura de oportunidades políticas mais aberta para a situação regional (Arena-PDS), talvez tenha havido maior circulação e carreiras mais fulminantes.[8] Em termos de representação política, a vocação municipalista do PMDB é muito importante.

3.3 PDS *versus* PMDB (nacional)

As tabelas 3 e 4 comparam os perfis regionais do PDS e do PMDB para as cinco regiões (pela divisão atual do IBGE). Nesta análise, a título de simplificação, são excluídos os deputados do PDT, PTB e PT, que apenas lograram representação política nas regiões Sul e Sudeste.

3.3.1 Regionalização do PDS

A tabela 3 discrimina os perfis dos 235 deputados do PDS regionalmente. Em termos de ocupação, as concentrações mais notáveis são os profissionais e funcionários públicos na região Norte, os agricultores no Centro-Oeste e os advogados no Sudeste e Sul, que não têm similar no perfil do PMDB na tabela 4.

No Sul e Centro-Oeste, os deputados do PDS usam mais cargos administrativos destacando o nível federal que nas outras regiões; no Sudeste e Centro-Oeste, os de via eletiva. As regiões Sul e Centro-Oste são as mais "municipalistas" dentro do PDS.

Enquanto o Norte tem os menores índices de localismo, o Sudeste e Nordeste têm os mais altos. O indicador educacional é mais baixo no Centro-Oeste. Os deputados governistas do Sul e Sudeste têm as carreiras mais longas; os do Nordeste e Norte, as mais curtas. Os nortistas são os mais jovens e os do Sudeste os mais velhos.

Observamos grandes diferenças na "renovação" das bancadas regionais nas eleições de 1982. No Centro-Oeste, onde a reviravolta a favor do PMDB foi muito grande, a renovação também foi alta: 62% da bancada governista são "calouros". Já na região Sudeste, onde a oposição já tinha uma posição firme, o PDS sofreu uma renovação menor: 28% de novatos. A cifra para o Nordeste está quase igual à média nacional dentro do PDS.

[8] Para um detalhamento do conceito de "estrutura de oportunidades políticas", ver: Schlesinger (1966).

3.3.2 Regionalização do PMDB

No caso dos 200 deputados do PMDB (ver tabela 4), a região Norte tem mais advogados e funcionários, Sudeste o setor comercial-financeiro, Sul os setores ensino e agrícola, e Centro-Oeste os setores advogado, comércio-finanças e agrícola. Esta última região tem um perfil ocupacional mais próximo ao do Nordeste.

É o PMDB nordestino que mais usa cargos administrativos (Sudeste menos); o Centro-Oeste usa mais a via eletiva (Norte menos). Como no caso do PDS, o Sul e Centro-Oeste são os grandes municipalistas, e a região Norte do PMDB está mais agarrada aos cargos da administração federal.

Os nortistas têm menos localismo e os do Sudeste mais — exatamente igual ao PDS. Enquanto notamos que o PDS nordestino tinha as carreiras mais curtas, o PMDB nordestino tem as mais longas do seu partido. Nos dois partidos as bancadas mais velhas são do Sudeste e Nordeste.

Excluindo a altíssima cifra de renovação da bancada nortista do PMDB (74% de novatos), a variança regional do PMDB neste indicador é um pouco menor do que a do PDS. Pelo equilíbrio de forças que vem desde o pleito de 1974, a região Sudeste tem a menor renovação em ambos os partidos. Com a exceção do Centro-Oeste, o PMDB tem uma renovação maior do que o PDS nas outras quatro regiões.

Como se vê, há diferenças significativas dentro de cada um destes partidos de região para região, como também há certas similaridades. Por outro lado, encontramos diferenças e aproximações entre PDS e PMDB dentro das mesmas regiões.

4. *Nordeste: análise intra-regional*

A tabela 5 compara os perfis dos nove estados da região, em termos dos vários indicadores de recrutamento utilizados, com o padrão médio para a região.

4.1 Maranhão

Em termos de ocupação, este ex-feudo de Vitorino Freire exibe um padrão concentrado: mais da metade são funcionários públicos ou outros profissionais, com nenhum elemento dos setores de saúde, ensino ou militar. Concentra seu recrutamento em cargos estaduais, com ligeira vantagem para cargos administrativos. Com o menor índice de curso superior, seu localismo educacional é também o mais baixo. Suas carreiras políticas são um pouco mais longas do que a média da região. A renovação da bancada foi muito baixa.[9]

[9] Em parte este perfil pode ser resultado da consolidação do controle político do grupo liderado pelo Senador José Sarney. Ver: Caldeira (1976).

Tabela 5

Perfil sócio-econômico e político da bancada nordestina discriminado por estado representado (Câmara Federal)

Perfil	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Total
Ocupação principal										
Agricultura	5,90	11,10	4,50	12,50	33,30	15,40	25,00	25,00	15,40	14,80
Comércio, banco, finanças	17,60	11,10	18,20	25,00	16,70	11,50	37,50	25,00	12,80	16,80
Indústria, transporte	0,00	11,10	22,70	0,00	8,30	3,80	0,00	12,50	0,00	6,00
Advogado, juiz	17,60	0,00	4,50	37,50	0,00	15,40	12,50	12,50	10,30	11,40
Saúde	0,00	22,20	13,60	0,00	8,30	7,70	0,00	12,50	12,80	9,40
Ensino	0,00	22,20	13,60	12,50	16,70	11,50	0,00	0,00	17,90	12,10
Imprensa	5,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7,70	12,50	0,00	10,30	5,40
Outras profissões	23,50	0,00	13,60	12,50	0,00	11,50	0,00	0,00	7,70	9,40
Funcionários públicos	29,40	22,20	4,50	0,00	16,70	15,40	12,50	12,50	12,80	14,10
Militares	0,00	0,00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,70
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (N)	(17)	(9)	(22)	(8)	(12)	(26)	(8)	(8)	(39)	(149)
Cargos administrativos	52,90	66,70	54,50	37,50	75,00	53,80	37,50	50,00	53,80	54,40
Federal	11,80	33,30	13,60	25,00	16,70	3,80	0,00	0,00	2,60	9,40
Estadual	47,10	44,40	40,90	25,00	58,30	46,20	37,50	50,00	35,90	42,30
Municipal	5,90	0,00	9,10	0,00	16,70	3,80	0,00	0,00	25,60	10,70
Cargos eletivos	58,80	33,30	50,00	50,00	66,70	57,70	50,00	50,00	59,00	55,00
Estadual	41,20	22,20	27,30	37,50	58,30	53,80	37,50	50,00	46,20	43,00
Municipal	23,50	22,20	36,40	37,50	25,00	23,10	25,00	25,00	35,90	29,50
Localismo político (%)	88,20	100,00	95,50	75,00	83,30	84,60	87,50	100,00	89,70	89,30
Localismo educacional (%)	50,00	37,50	70,60	33,00	20,00	90,00	83,30	42,90	92,90	67,50
Curso superior completo	76,50	88,90	81,80	87,50	83,30	84,60	100,00	87,50	84,60	84,60
Carreira pré-Câmara dos deputados (anos)	10,59	12,75	8,42	7,24	13,33	9,42	7,65	9,21	10,81	10,06
N.° de cargos pré-Câmara dos Deputados	2,12	2,67	1,77	1,63	2,42	1,73	1,25	2,13	2,03	1,96
Idade quando do 1.° cargo político	30,08	31,54	34,38	29,62	32,71	31,90	29,89	33,50	31,74	31,92
Idade em 1.2.83	48,91	47,85	49,88	45,68	56,08	47,93	51,54	50,70	49,14	48,98
Deputados em primeiro mandato (%)	35,30	77,80	36,40	37,50	50,00	34,60	62,50	37,50	43,60	43,00

4.2 Piauí

Como seu vizinho Maranhão, o estado do Piauí também tem seu padrão ocupacional concentrado, embora em menor escala: setores de saúde, ensino e funcionários públicos. A utilização de cargos administrativos como trampolim à Câmara Federal no Piauí é o dobro em relação aos cargos eletivos, destacando a maior freqüência de cargos federais em todos os estados da região, provavelmente devido à influência do falecido Senador Petrônio Portela, ao longo dos seus 13 anos de Brasília. Neste mesmo sentido, Piauí tem a mais alta renovação de toda a região (sete dos seus nove deputados são novatos).

Somente dois estados (Piauí e Sergipe) apresentam cifras de 100% no indicador de localismo político, mas o localismo educacional no Piauí fica abaixo do padrão regional, por suas universidades serem de implantação mais recente. Suas carreiras são as mais longas, iguais às da Paraíba, e a bancada piauiense é ligeiramente mais jovem do que o padrão.

4.3 Ceará

A bancada cearense concentra-se nos setores empresariais, mais do que qualquer outro estado: comércio-bancos-finanças e indústria-transporte (41%). Por outro lado, Ceará é o único estado com deputados oriundos do setor militar. Isto talvez seja reflexo da atual liderança do PDS cearense estar dividida entre três clãs de militares "anfíbios" — os Távora, Bezerra e Cals. Em termos de cargos de ocupados, Ceará é o único estado onde cargos eletivos municipais (prefeito e vereador) são mais freqüentes que os estaduais (deputado estadual). Isto quer dizer que há maiores índices de "atalhos diretos" de vereador/prefeito para a Câmara Federal, sem escalas no legislativo estadual.[10]

Ceará também tem altos índices de localismo, carreiras mais curtas e idades um pouco mais elevadas.

4.4 Rio Grande do Norte

A bancada potiguar tem a maior proporção de advogados na região e um alto índice no setor comercial-financeiro. Porém, é a única bancada sem funcionários públicos. Sua freqüência em cargos federais é a segunda mais alta (depois de Piauí), devido aos seus benfeitores federais como Dinarte Mariz, Jessé Freire e, em épocas mais remotas, Café Filho. Por outro lado, apresenta a mais baixa freqüência em cargos de administração estadual, que provavelmente não dão projeção suficiente. A vocação municipalista é marcante, com a maior freqüência em cargos eletivos de toda a região.

Este estado é o paraíso dos "forasteiros" na política, pois seus índices de localismo são os mais baixos do Nordeste. Seus deputados ingressaram na política nas idades mais jovens da região, e com suas carreiras curtas chegaram à Câmara em idade jovens.

[10] A importância das classes empresariais, clãs políticos e do poder econômico na política cearense é lembrada em: Montenegro (1980).

4.5 Paraíba

Na bancada paraibana predominam agricultores (33%), a maior concentração de todos os estados, e em menor grau as outras classes produtoras (comércio-bancos-finanças e indústria-transportes).[11] Junto com Piauí são os únicos estados sem advogados militantes. Paraíba tem o mais alto índice de cargos administrativos nas carreiras da sua bancada federal, predominando o nível estadual. A freqüência de cargos eletivos também é a mais alta de toda a região (dois terços), também concentrada em nível estadual.

O localismo dos paraibanos é baixo, principalmente o localismo educacional (80% obtiveram seu curso superior em outros estados, provavelmente em Recife).

O deputado paraibano tem as carreiras mais longas, sendo a bancada a mais velha de toda a região, e ingressa na política mais tarde.

4.6 Pernambuco

Por ter as maiores populações e as bancadas maiores, Pernambuco e Bahia apresentam as distribuições ocupacionais mais equilibradas. No caso de Pernambuco, predominam os setores agrícola, funcionalismo e advogados.

O deputado pernambucano usa pouco cargos públicos em nível federal e municipal, concentrando nos cargos eletivos e administrativos estaduais.[12]

Por ter uma longa tradição de ensino universitário na região, Pernambuco tem um alto índice de localismo educacional (90%), superado apenas por Bahia (93%), outra tradição no ensino superior. Porém, seu localismo político é ligeiramente abaixo da média regional. Suas carreiras são mais curtas e a bancada um ano mais jovem do que a média. A renovação da bancada foi a mais baixa do Nordeste, por causa do equilíbrio de forças entre o PDS o PMBD desde 1974.

4.7 Alagoas

Como Paraíba e Sergipe, Alagoas tem uma concentração entre os setores agrícola e comercial-financeiro (63%). O deputado alagoano não ocupa cargos administrativos federais nem municipais e, com as suas carreiras muito curtas, usa cargos eletivos com menor freqüência.

Alagoas tem a única bancada na região onde todos os deputados possuem curso superior completo. Apesar de ter uma tradição universitária mais recente, seu localismo educacional é relativamente alto. Com as carreiras mais curtas (igualadas apenas pelos potiguares), a bancada algoana é a mais jovem da região (41,54 anos em média).

[11] Ainda na década de 50, Jean Blondel chamou atenção ao predomínio do setor agrícola na política paraibana. Ver: Blondel (1957).

[12] Por ser um dos estados mais desenvolvidos da região, Pernambuco tem uma máquina administrativa estadual que oferece um trampolim político viável para o futuro deputado federal. Pelas mesmas razões, o fenômeno na Bahia é semelhante.

4.8 Sergipe

Embora em menor grau que seu vizinho Alagoas, o estado de Sergipe também tem uma bancada concentrada nos setores agrícola e comercial-financeiro (50%). Como Alagoas, os sergipanos não usam cargos administrativos federais ou municipais, tendo uma ligeira tendência nos cargos eletivos estaduais (deputado estadual).

Como Piauí, Sergipe tem um localismo político de 100%, mais um localismo educacional abaixo da média regional. O ingresso da bancada sergipana na política é mais tardio e a sua idade média é dois anos acima do padrão nordestino.[13]

4.9 Bahia

Como foi notado no caso de Pernambuco, a bancada baiana tem uma distribuição ocupacional equilibrada, com uma ligeira concentração nos setores ensino e imprensa. Seu uso de cargos municipais na carreira pré-Câmara Federal é o mais alto de toda a região.

Como Pernambuco, também os baianos têm um alto índice de localismo educacional; as suas carreiras e idades são quase iguais ao padrão regional, como também a renovação da bancada.

5. *Afinidades com ex-partidos*

Reconhecendo a fragilidade do atual sistema partidário no Brasil e as clivagens políticas em torno dos ex-partidos na maioria dos estados, analisamos as afinidades dos deputados eleitos em 1982 para com os dois sistemas partidários anteriores: o pluripartidarismo de 1945-65 e o bipartidarismo de 1966-79.

A "afinidade" dos deputados com ex-partidos foi auferida por vários meios: a sua última filiação partidária (candidatura/eleição) no período; a filiação herdada (pai, tio, avô, irmão etc.); a filiação do "padrinho político"; e a filiação declarada na pesquisa da *Veja* realizada em dezembro de 1982,[14] ou em outras fontes escritas.

5.1 Pluripartidarismo (1945-65)

Na tabela 6, observamos inicialmente que estas afinidades continuam mais acesas no Nordeste do que nas outras regiões (72% *versus* 62%). Porém esta diferença se acentua mais ainda entre o PMDB nordestino e as oposições no resto do país (70% *versus* 58%). No Nordeste, tanto o PDS como o PMDB sofrem clivagens deste tipo quase nas mesmas proporções (73% *versus* 70%).

[13] A fechada oligarquia política sergipana é retratada por Fontes (1967/68) e por Dantas (1976).

[14] Um novo poder na praça. *Veja*, 5 jan. 1983, p. 14-21.

BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Tabela 6

Afinidades com o antigo pluripartidarismo (1945-65) e o bipartidarismo (1966-79), bancada nordestina (PDS e PMDB) *versus* o resto do país (governo e oposição), Câmara Federal

	Nordeste			Outras regiões			Brasil todo
	PDS	PMDB	Total	Governo	Oposição	Total	
Pré-1966							
PTB	6	10	16	7	39	46	62
PSD	18	11	29	34	25	59	88
UDN	36	7	43	29	18	47	90
PSP	4	1	5	2	4	6	11
PDC	1	1	2	10	11	21	23
PTN	1	0	1	1	2	3	4
PST	1	1	2	1	2	3	5
PR	3	0	3	8	2	10	13
PL	0	0	0	0	1	1	1
PRP	1	0	1	2	2	4	5
PSB	1	1	2	0	6	6	8
PRT	0	1	1	0	0	0	1
PCB	0	2	2	0	0	0	2
Total conhecido	72	35	107	94	112	206	313
Não-apurado	27	15	42	42	82	124	166
Total	99	50	149	136	194	330	479
Com afinidades (%)	72,7	70,0	71,8	69,1	57,7	62,4	65,3
1966-79							
Arena	86	11	97	109	21	130	277
MDB	6	31	37	9	139	148	185
Total conhecido	92	42	134	118	160	278	412
Não-apurado	7	8	15	18	34	52	67
Total	99	50	149	136	194	330	479
Com afinidades (%)	92,9	84,0	89,9	86,8	82,5	84,2	86,0

Nas outras regiões, o ex-PSD predomina (59) e o ex-PTB quase iguala a ex-UDN (46 *versus* 47 deputados, respectivamente). Mas no Nordeste, de longe a mais importante afinidade é com a ex-UDN (43), contra 29 do ex-PSD e 16 do ex-PTB.

Se o "PDS é o partido dos nordestinos", como afirmou o Governador Tancredo Neves, o PDS nordestino é o partido da ex-UDN: 36 das 72 afinidades conhecidas — abatendo seu tradicional rival o ex-PSD em dobro. Já o PMDB nordestino é mais equilibrado entre o ex-PSD (11) ex-PTB (10) e ex-UDN (sete).

Com relação aos dois partidos menores de maior expressão neste período, o ex-PSP é PDS no Nordeste e oposição nas outras regiões, e o ex-PDC com apenas dois egressos no Nordeste atualmente tem um certo equilíbrio entre governo-oposição na clivagem regional.

5.1.1 Pluripartidarismo no Nordeste

A tabela 7 analisa estas afinidades nos nove estados nordestinos. Em vários estados encontramos um retrato fiel do quadro partidário pré-1966. Por exemplo: no Maranhão, competição cerrada entre PSD e UDN, e o PSP como terceira força; Bahia, a UDN mais numerosa, mais a soma PSD-PTB com ligeira vantagem, e os pequenos como fiéis da balança.

Afinidades com o antigo pluripartidarismo são mais acentuadas na Paraíba e Rio Grande do Norte, e menos presentes nas bancadas do Piauí e Pernambuco.

As maiores concentrações de ex-udenistas estão na Bahia, Ceará e Maranhão; as do ex-PSD na Bahia e Pernambuco. Aliás, estes dois ex-partidos são os únicos presentes em todos os nove estados.

No caso do ex-PTB, seus adeptos estão mais numerosos nas bancadas da Bahia e Ceará — a sua maior força na região, antes do AI-2.[15]

5.2 O bipartidarismo (1966-79)

Voltando à tabela 6, comparamos as afinidades com a ex-Arena e o ex-MDB na divisão regional. Novamente, as afinidades no Nordeste são mais freqüentes do que no resto do país (90% *versus* 84%). Porém, a distância entre as cifras do PDS e PMDB no Nordeste é maior para o bipartidarismo (nove pontos) do que no caso do antigo pluripartidarismo (três pontos).

Outra diferença interessante é que no Nordeste mais de um quarto das afinidades do PMDB é com a ex-Arena, contra apenas 13% na oposição no resto do país; enquanto as proporções de ex-emedebistas no PDS são quase iguais na divisão Nordeste/resto.[16]

[15] Para uma análise mais detalhada do antigo pluripartidarismo, ver: Fleischer (1981*c*, v. 1, p. 7-182); Lima Jr. (1983); Fleischer (1981*a*).

[16] Para uma análise do período do bipartidarismo, ver: Fleischer (1980*b*). No caso da transição para o novo pluripartidarismo a partir de 1980, ver: Fleischer (1982*a*).

Tabela 7

Afinidades com o antigo pluripartidarismo (1945-65) e o bipartidarismo (1966-79), bancada nordestina discriminada por Estado representado (Câmara dos Deputados)

Perfil	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Total
Pré-1966										
PTB	1	1	4	1	2	1	0	0	6	16
PSD	4	1	3	4	2	5	1	2	7	29
UDN	5	3	9	2	7	4	1	2	10	43
PSP	2	1	0	0	0	1	1	0	0	5
PDC	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
PTN	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
PST	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
PR	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
PL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRP	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PSB	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
PRT	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
PCB	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Total conhecido	12	6	17	7	11	14	5	6	29	107
Não-apurado	5	3	5	1	1	12	3	2	10	42
Total	17	9	22	8	12	26	8	8	39	149
Com afinidades (%)	70,6	66,7	77,3	87,5	91,7	53,8	62,5	75,0	74,6	71,8
1966-79										
Arena	13	5	15	6	10	13	3	6	26	97
MDB	3	1	5	2	2	11	3	2	8	37
Total conhecido	16	6	20	8	12	24	6	8	34	134
Não-apurado	1	3	2	0	0	2	2	0	5	15
Total	17	9	22	8	12	26	8	8	39	149
Com afinidades (%)	94,1	66,7	90,9	100,0	100,0	92,3	75,0	100,0	87,2	89,9

5.2.1 Bipartidarismo no Nordeste

A tabela 7 registra as afinidades com a ex-Arena e o ex-MDB nas nove bancadas nordestinas, que atingem 100% em três estados: Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe — ou seja, total engajamento em atividades partidárias antes de 1980. Após a morte de Petrônio Portela, os quadros políticos no Piauí sofreram um certo remanejamento e o estado apresenta a cifra mais baixa neste indicador.

Como demonstraram os pleitos de 1978 e 1982, o maior equilíbrio entre Arena e MDB foi sempre em Pernambuco, claramente evidente na sua bancada em 1983.

6. *Conclusões*

Pela regionalização utilizada, podemos fazer uma divisão um tanto grosseira em "dois Brasis", um mais desenvolvido (Sudeste e Sul) e outro menos desenvolvido (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), e observar a diferenciação dos seus perfis na Câmara Federal.[17]

No Sul e Sudeste, os menores índices de localismo político em parte podem ser explicados pelas correntes migratórias, tanto de eleitores como eleitos. No Brasil menos desenvolvido, em média, as carreiras são mais curtas e as idades das bancadas são mais elevadas, com índices de localismo mais alto. No Sudeste e Sul encontramos perfis ocupacionais com mais gente dos setores mais modernos da sociedade e de profissões mais ligadas à mobilização política. Já nas regiões menos desenvolvidas, estes perfis são mais típicos dos vínculos eleitorais baseados no coronelismo e clientelismo político. Porém a análise revelou que estas generalizações são menos acentuadas no PMDB do que no PDS.

Nos estados menos desenvolvidos, a administração estadual não oferece condições para promover a carreira do futuro deputado federal, que faz uso mais freqüente de cargos municipais e federais. Por outro lado, verificou-se que nos estados mais desenvolvidos do Nordeste (Pernambuco e Bahia), a máquina estadual oferece maiores condições para a promoção de carreiras políticas, principalmente para os políticos situacionistas (Arena-PDS).

Analisando as tendências eleitorais em 1974 e 1978, Luiz Navarro de Britto construiu uma tricotomia regional: a) onde o eleitorado do MDB crescia mais aceleradamente (Sudeste e Norte); b) onde a Arena era majoritária ainda, mas o crescimento do MDB era mais rápido em uma das eleições (Nordeste e Centro-Oeste; c) onde a Arena perdia para o Senado mas ganhava para a Câmara com um incremento superior ao do MDB (Sul).[18] Pelos resultados do pleito de 1982 e a nossa análise, observamos que as considerações do Navarro de Britto foram uma previsão bastante exata.

A análise revelou que em 1983 o Nordeste ainda teve maiores proporções de "adesistas" do ex-MDB que ingressaram no PDS do que em outras regiões. Isto apesar do grande "aliciamento" de emedebistas feito pelo então governador paulista em 1980. Provavelmente os "adesistas" nordestinos conseguiram ele-

[17] Luiz Navarro de Britto, numa regionalização eleitoral comparando as eleições de 1974 e 1978, fala em "três Brasis". Ver Britto (1980).
[18] Ver Britto (1980, p. 30-2).

ger-se em maiores proporções em 1982 do que seus colegas do ex-MDB/PDS nas outras regiões, porque apesar de trocar de legenda aqueles ainda mantinham fortes vínculos com seu eleitorado numa terra onde relações pessoais e de família mais o poder econômico são mais importantes do que a filiação partidária.[19]

Fica claro na análise que existem "vários PDS" regionais e também "vários PMDB", como também havia "vários PSD, UDN e PTB" a nível regional na sua época.[20] A própria região nordestina não é nada homogênea nos perfis das suas bancadas, devido a certos efeitos locais, estruturais e das suas diferenciadas culturas políticas.

Encontramos um PDS nordestino fortemente udenista, fato este que em 1984 talvez possa favorecer as aspirações de presidenciáveis vinculados à ex-UDN, como Aureliano Chaves e Hélio Beltrão, ou "santos de casa" como Antônio Carlos Magalhães e Costa Cavalcanti, se a antiga filosofia política da ex-UDN ainda estiver vigorando no Nordeste.

Comentando estas observações, Jorge Calmon lembrou que a UDN nordestina "era um agrupamento político que se distinguia pelo apelo ideológico às idéias liberais, com poucas tintas socialistas ou socializantes. Enfim, tinha um ideário de militância oposicionista". Como atenuante à tese de um possível apoio do PDS nordestino a presidenciáveis da ex-UDN, ainda observou que, após a revolução de 1964, "este partido transformou-se no partido da situação no Nordeste. Este é um dado muito significativo, pois traduz a insegurança moral ou ideológica dos políticos brasileiros, mostrando a facilidade com que a ideologia vira realismo. Muitas figuras que militam na cena pública procuram racionalizar sua ideologia com a necessidade de conseguir com maior facilidade a ascensão na carreira política".[21]

Finalmente, é impressionante como o Nordeste foi beneficiado pelos casuísmos da "engenharia eleitoral" nos últimos 40 anos, a ponto de ter o maior cacife político no colégio eleitoral e na convenção nacional do PDS e, portanto, um peso político muito além do seu peso populacional e eleitoral. Em 1985, veremos se os líderes da região conseguirão traduzir esse peso político em pesos econômicos e administrativos da esfera federal em benefício da região, durante a próxima gestão presidencial.

Referências bibliográficas

Benevides, Maria Victória M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro* (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Blondel, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1957.

Bonavides, Paulo. As eleições cearenses de 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 23/24*:65-74, 1967/1968.

Britto, Luiz Navarro de. As eleições nacionais de 1978. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 51*:7-36, 1980.

———. As eleições de novembro e suas conseqüências. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 57*:147-66, 1983.

[19] Em outras palavras, a maior parte dos "adesistas" paulistas foi tragada pela avalancha oposicionista, sendo que "seu" ex-eleitorado não perdoou tal "traição".

[20] Fleischer (1981*a*); Benevides (1981, p. 223-40).

[21] Em *A Tarde*, Salvador, 17 dez. 1983, p. 3.

Caldeira, José de Ribamar C. As eleições de 1974 no Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 43*:37-68, 1976.
Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da 47.ª Legislatura (1983-1987). Brasília, 1983.
Camargo, Aspásia Alcântara de. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste.* Tese de doutorado. Universidade de Paris, 1973.
Castro, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 8*:20-38, 1960.
Cavalcanti, Themístocles B. & Dubnic, Reisky, org. *Comportamento eleitoral no Brasil.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1964.
Chacon, Vamireh. As eleições estaduais em Pernambuco em 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 23/24*:83-96, 1967/1968.
———. *História dos partidos brasileiros*; discurso e práxis dos seus programas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
Cintra, Antônio Otávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos de DCP,* UFMG, *1*:59-112, 1974.
Dantas, Ibarê. As eleições de 1974 em Sergipe. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 43*:111-40, 1976.
Ferraz de Sá, Maria Auxiliadora. *Dos velhos aos novos coronéis.* Recife, Pimes/UFPe, 1974.
Fleischer, David V. Renovação política — Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do "pacote de abril". *Revista de Ciência Política, 23*(2):57-82, maio/ago. 1980*a*.
———. A evolução do bipartidarismo brasileiro, 1966-1979. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 51*:155-85, 1980*b*.
———. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política, 24*(1):49-75, jan./abr. 1981*a*.
———. *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos senhores deputados, abrangendo o período de 1946-1967. Brasília, Câmara dos Deputados. 1981*b*.
———, org. *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981*c*. 2 v.
———. Political party reform in Brazil within the context of "abertura". *Il Político, 47*(2): 281-316, 1982*a*.
———. De la distensión a la apertura político-electoral en Brasil. *Revista Mexicana de Sociologia,* 44(2):961-98, 1982*b*.
Fontes, Bonifácio. Sergipe: democracia de poucos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 16*:121-60, 1964.
———. Sergipe: democracia de raros. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 23/24*: 97-114, 1967/1968.
Fundação Milton Campos. *As eleições de 1978.* Brasíla, 1979. 2 v.
Guimarães, Ari. Bahia: uma eleição sem surpresas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 43*:141-76, 1976.
———. Partidos e comportamento eleitoral em 1978. *In:* Fleischer, David V., org. *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 286-304.
Kinzo, Maria Dalva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil.* São Paulo, Símbolo, 1980.
Kucinski, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise.* São Paulo, Brasil Debates, 1982.
Lavareda Filho, José Antônio. *Montagem partidária no início da quadra democrática* (45/47). Dissertação de mestrado. Pimes/UFPe, 1979.
Lima Jr., Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros*; a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
Maranhão, Sílvio. Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento 4*(2): 1977.
Melo Franco, Afonso Arinos de. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil.* 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
Mendes, Simplício de Souza. O pleito eleitoral de 7 de outubro de 1962 em Piauí. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, 16*:55-80, 1964.
Montenegro, A. *Os partidos políticos do Ceará.* Fortaleza, Ed. UFCe, 1980.
Schlesinger, J. *Ambition and politics*; political careers in the United States, Chicago, Rand-McNally, 1966.
Soares, G. Desigualdades eleitorais no Brasil. *Revista de Ciência Política,* 7(1):25-48, 1973.